

Por que Bresser tem de dar certo

JORNAL DO BRASIL

João Paulo de Almeida Magalhães

O primeiro ponto a ser estabelecido é que o plano da nova equipe econômica do Governo *pode dar certo*, bastando, para tanto, evitar os descaminhos do Plano Cruzado. Este se baseou, em princípio, numa visão heterodoxa, segundo a qual a inflação resulta de que para um PIB de 100, as reivindicações dos agentes totalizam 200 (medidas, estas últimas, pelo poder aquisitivo de salários, preços e aluguéis no momento do seu reajustamento). Como não se pode dividir 200% do PIB, o surto inflacionário surge como o fator de compatibilização. Uma elevação de preços de 100% reduz à metade o poder aquisitivo dos agentes, tornando seu valor total igual ao PIB. Nessa concepção, o aumento da moeda necessário para gerar o acréscimo de preços de 100% não constitui causa, mas consequência, das pressões inflacionárias. A explicação é simples: se, diante do descompasso entre 200 de reivindicações e 100 de PIB, não for conseguida uma compatibilização através de emissões redutoras do poder aquisitivo dos agentes, a alternativa será cortar pela metade o nível de emprego. Ora, isso significaria uma recessão inaceitável pelo Governo, que prefere, assim, emitir.

Dentro da visão heterodoxa, o instrumento antiinflacionário básico se acha numa política de rendimentos destinada a tornar as reivindicações totais não superiores ao PIB. Isso reclama, em princípio, um pacto social politicamente difícil. No Brasil, inventou-se fórmula mais simples: concede-se a cada agente remuneração igual ao seu poder aquisitivo médio do período anterior. A soma dessas remunerações corresponde à totalidade dos bens adquiridos (e portanto produzidos) no país, sendo assim igual ao PIB. Desaparece, dessa forma, a pressão inflacionária. E como a situação dos agentes não se modifica, o pacto social é dispensável. Existe, contudo, uma precondição: como para os heterodoxos a moeda só aumenta para atender ao desajustamento entre PIB e reivindicações, é imprescindível que não exista no orçamento público déficit estrutural exigindo emissões autônomas.

O Plano Cruzado, supostamente heterodoxo, não seguiu esse modelo: os salários não foram colocados nos seus níveis médios mas elevados de 8% em termos reais; os preços não foram estabilizados na média real mas congelados nos níveis de 28 de fevereiro de 1986. Como os ajustamentos de preços tendem a ocorrer no fim do mês, a maioria destes ficou abaixo dos seus níveis reais médios. Finalmente não foi corrigido déficit estrutural do orçamento. Como consequência disso persistiram, após o Plano Cruzado, uma pressão inflacionária de demanda, resultante dos maiores salários, uma pressão inflacionária de custos, determinada pelos setores com preços congelados em níveis insuficientes e uma pressão inflacionária de caráter monetário, ligada ao déficit do

orçamento. Essas pressões, contidas por período excessivamente longo, resultaram na explosão de preços que estamos hoje vivendo.

Um programa montado por Bresser Pereira *deve dar certo* porque desapareceram os fatores determinantes das distorções acima. Estes foram, em primeiro lugar, a mistura, determinada por pressões políticas, de metas redistributivistas, tipicamente de prazo médio com o programa de estabilização monetária, de curtíssimo prazo. Tivemos, em segundo lugar, a desconcatenação entre a equipe técnica que propôs a estratégia antiinflacionária e os assessores diretos do Governo, encarregados de implementá-la. Estes, de orientação desenvolvimentista e com pouca experiência em política monetária, parecem não ter interpretado corretamente, ou ter simplesmente rejeitado, algumas condicionantes básicas do modelo heterodoxo.

Ora, o Governo, segundo tudo indica, está hoje prevenido contra os riscos de um imediatismo redistributivista e a nova equipe econômica não só é homogênea, como o próprio Bresser tem contribuições para a teoria heterodoxa. A dificuldade a ser enfrentada é, segundo alguns, o clima psicológico de descrença nos economistas oficiais e a mentalidade generalizada de "salve-se quem puder", traduzida em constantes aumentos de preços e reivindicações salariais despropositadas. A verdade, porém, é que a hiperinflação e a recessão, já hoje claramente delineadas, estão modificando rapidamente esse panorama.

O risco real é que, repetindo de certa forma o erro anterior, se misture política antiinflacionária com medidas anti-recessivas. Uma das características básicas do modelo heterodoxo é, sem dúvida, de que não tem corolários recessivos. Na atual realidade brasileira, todavia, a recessão já existe, independentemente de qualquer programa antiinflacionário. A adoção de medidas anti-recessivas, como por exemplo o aumento de investimentos públicos, impedirá a redução do déficit orçamentário estrutural, uma das precondições básicas do sucesso de um programa heterodoxo.

O Plano Bresser deve ainda dar certo porque estratégias heterodoxas, de 1985 para cá, reduziram a inflação na Argentina, de 30% ao mês para 3 a 4%, em Israel, de 25% ao mês para 2%, e no Peru, de 10% ao mês para 5%. Finalmente o Plano Bresser *tem de dar certo* porque sua única alternativa é um choque ortodoxo, como o da Bolívia, cujos corolários foram uma queda real de 40% nos salários e o declínio de 5% do PIB. Como política desse tipo dificilmente contribuirá para a consolidação da democracia no Brasil, já e tempo de que partidos políticos, sindicatos e imprensa passem a apoiar os encarregados do novo plano em vez de continuar, irresponsável e sistematicamente, a destruir sua credibilidade.